7152 DIÁRIO DA REPÚBLICA

Despacho Presidencial n.º 272/22:

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada pelo critério material para a celebração de um Contrato de Prestação de Consultoria com a empresa Brighten Strategy & Operations, no valor global em kwanzas, equivalente a € 1 800 000,00, e delega competência ao Ministro da Economia e Planeamento, com a faculdade de subdelegar, para aprovação das peças do procedimento contratual, a criação da Comissão de Avaliação, bem como da verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido Procedimento, incluindo a celebração do Contrato.

Ministérios das Finanças e dos Transportes

Decreto Executivo Conjunto n.º 634/22:

Aprova o Regulamento de Tarifas Portuárias de Angola. — Revoga o Decreto Executivo Conjunto n.º 323/08, de 16 de Dezembro, e o Decreto Executivo Conjunto n.º 19/09, de 12 de Março.

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

Decreto Executivo n.º 635/22:

Cria o Curso de Mestrado em Metodologia do Ensino de Línguas, na Especialidade de Língua Portuguesa no Ensino Secundário, no Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda, que confere o grau académico de Mestre.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 277/22 de 6 de Dezembro

Havendo a necessidade de se proceder à autorização do Crédito Adicional no Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2022 para suportar as despesas e assegurar a criação de condições para a aquisição de equipamentos e renovação dos sistemas indispensáveis ao funcionamento da Assembleia Nacional;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, o seguinte:

ARTIGO 1.°

(Aprovação de abertura de Crédito Adicional Suplementar)

É aprovada a abertura do Crédito Adicional Suplementar no montante de Kz: 2 700 000 000,00 (dois mil e setecentos milhões de Kwanzas), para fazer face às despesas de investimento da Assembleia Nacional.

ARTIGO 2.º

(Atribuição de Crédito Adicional Suplementar)

O Crédito Adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, é afecto à Unidade Orçamental — Assembleia Nacional e deve ser disponibilizado de forma faseada, para fazer face às responsabilidades financeiras e despesas de investimento da Assembleia Nacional.

ARTIGO 3.° (Duvidas e omissões)

As dúvidas e omissões, resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma, são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.° (Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Novembro de 2022.

O Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço. (22-9101-A-PR)

Despacho Presidencial n.º 271/22 de 6 de Dezembro

Por conveniência de serviço;

- O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 6 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o artigo 46.º da Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro Lei de Bases do Sector Empresarial Público, o seguinte:
- São nomeadas as seguintes entidades para integrarem o Conselho de Administração da Empresa de Diamantes de Angola — ENDIAMA, E.P.:
 - a) José Manuel Ganga Júnior Presidente;
 - b) Laureano Receado Paulo Administrador Executivo;
 - c) Ana Maria Feijó Bartolomeu Administradora Executiva;
 - d) Teófilo Assunção Rodrigues Chifunga Administrador Executivo;
 - e) Domingos Mateus dos Santos Neves Margarida Administrador Executivo;
 - f) Santana André Pitra Administrador Não Executivo;
 - g) Ngola Kabangu Administrador Não Executivo.
- 2. São delegados poderes ao Ministro dos Recursos Mineiras, Petróleo e Gás para conferir posse às individualidades recém-nomeadas.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Novembro de 2022.

O Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço. (22-9009-C-PR)

Despacho Presidencial n.º 272/22 de 6 de Dezembro

Havendo a necessidade de se proceder à contratação de serviços de consultoria para apoiar o Ministério da Economia e Planeamento na gestão e acompanhamento de diversos projectos e instrumentos de planeamento de modo a promover a Diversificação da Economia Nacional, com foco na contínua melhoria do ambiente de negócios, capazes de produzir mudanças estruturais a curto e médio prazo;